



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Política Social, Seguridade Social e Proteção Social

**As Implicações do Neoliberalismo no Mundo Do Trabalho: Uma
análise da Pandemia da COVID-19 no Brasil**

Maria Helena Lima Costa¹
Jousiele Ferreira Simplicio de Oliveira²

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir as inflexões do neoliberalismo no mundo do trabalho a partir da crise do final dos anos 60. Mostrando as modificações a partir de 90 no Brasil, período em que a política neoliberal ganha força no país, com propostas de contrarreformas das políticas sociais, tal cenário é intensificado com a chegada da Pandemia da Covid-19 que afeta diretamente a classe trabalhadora. Por fim, esta discussão faz parte do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, contando com o financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ).

Palavras- Chaves: Neoliberalismo; Pandemia; Trabalho

Abstract: This article aims to discuss the inflections of neoliberalism in the world of work since the crisis of the late 60s. Showing the changes from the 90s in Brazil, a period in which neoliberal policy gains strength in the country, with proposals for counter-reforms of Politics social, this scenario is intensified with the arrival of the Covid-19 Pandemic that directly affects the working class. Finally, this discourse is part of the Post-Graduate Program in Social Work at the State University of Paraíba, with funding from the Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ).

Keywords: Neoliberalism; Pandemic; Work

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); mh.lc@hotmail.com

² Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); simpliciojosy@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

As modificações que ocorrem no mundo econômico a partir da crise do final dos anos 60 são parte das crises cíclicas do Capital, que responde a crise com o Neoliberalismo, sob o discurso de que o estado não deve intervir na economia e as políticas sociais devem ser vinculadas ao mercado, além disso, o estado deve garantir a propriedade privada do indivíduo, sendo esse o caminho para a erradicação da pobreza.

A Política Neoliberal chega ao Brasil ainda nos 90, período de retorno dos movimentos sociais, devido à grande efervescência desses nos anos 80 reivindicando a garantia de políticas sociais que fossem de obrigatoriedade estatal, resultando na Constituição Federal de 1988. A partir de então temos grandes avanços, principalmente no âmbito da saúde, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que passa a ser universal e gratuito e de responsabilidade estatal, integrando a criação da Seguridade Social composta pelo tripé: Saúde direito de todos, Previdência contributiva e Assistência Social para quem dela necessita.

Diante desse contexto de conquistas, a chegada da política neoliberal sob o discurso de Estado Mínimo, faz com que os direitos sociais conquistados recentemente passem pelo desfinanciamento, não sendo implementadas como propostas. Diante disso, esse cenário rebate diretamente na classe trabalhadora, a qual depende do funcionamento destas políticas para auxiliarem no seu cotidiano. Além do mais, as contrarreformas que retiram direitos trabalhistas são evidentes a partir dos anos 90, com ataques diretamente a seguridade social. Este cenário é agravado com a chegada da pandemia da Covid-19, que encontra o Brasil com cerca de 11,6 milhões desempregados, tendo esses números agravados pelos efeitos da pandemia, além do crescimento de uma nova classe informal denominada segundo Antunes (2020) de Urberização.

2.1 O NEOLIBERALISMO E O MUNDO DO TRABALHO

A crise estrutural que ocorre no final dos anos 60 e permeia toda a década de 70 até os anos 80, gera altas taxas de desemprego, assim como uma inflação acelerada, levando a insatisfação da grande parte da burguesia (Harvey,2008). Além disso, temos um problema na manutenção das taxas de lucro, sendo esses os sinais do início da crise, segundo Carcanholo (2010) vários analistas só entendem como primeiro sinal a partir do aumento do preço do petróleo que ocorre entre outubro de 1973 e janeiro de 1974 (p.2).



Dessa forma, para dar uma resposta é necessário o capital reinventar-se, respondendo a classe dominante com o Neoliberalismo. Brandt; Cislighi (2020) descreve que

No decorrer das décadas de 1970,1980,1990 tornou-se o modelo hegemônico mundial, sobretudo depois da derrota do socialismo real na URSS e nos países do leste da Europa. O neoliberalismo, então, desde as últimas décadas do século XX, passa a ser apresentado como “nova razão do mundo” (Dardot e Laval, 2016), responsável pela expropriação de bens naturais comuns a privatização de sistemas sociais geridos e financiados pelos estados por meio dos fundos públicos. (p. 161)

Vale ressaltar que, durante esse período de crise que se inicia no final dos anos 60, temos repetidamente as características de crise, a partir da forte redução da produção e do investimento, com aumento significativo do desemprego e da inflação, entretanto, destacamos que a recuperação da crise não ocorre tão rapidamente como de costume. Carcanholo (2010) destaca que

A própria economia capitalista começa a construir, já nos anos 1970, os elementos que vão lhe permitir uma nova etapa de acumulação de capital. Essa resposta à crise dos anos 70 perpassa a década de 80 e atinge seu ápice nos anos 90. Neoliberalismo, expansão do capital fictício, transferência do excedente produzido na periferia para o centro (em especial para os EUA). (p.3)

Diante disso, a teoria do Neoliberalismo prevê o estado mínimo, e a defesa da propriedade privada, de modo que, o estado deve assegurar os direitos individuais da propriedade privada, sem interferência de mercado, para que assim a pobreza seja erradicada com o livre comercio. Harvey (2008) afirma que

A empresa privada e a iniciativa dos empreendedores são julgadas as chaves da inovação e da criação de riqueza. Protegem-se os direitos de propriedade intelectual a fim de estimular as mudanças tecnológicas. Assim, os contínuos aumentos da produtividade devem proporcionar padrões de vida mais elevados a todos. Sob o pressuposto de que “uma maré montante faz subir todos os barcos” ou sob o do “efeito multiplicador”, a teoria neoliberal sustenta que a eliminação da pobreza (no plano doméstico e mundial) pode ser mais bem garantida através dos livres mercados e dos livre comercio (p.37)

Dito isso, no Estado Neoliberal a intervenção estatal deve ser mínima “apartando da soberania, eliminando sua forma democrática e definhando suas energias democráticas”. Dessa forma, o papel do estado em assegurar políticas para o livre mercado torna-se mais complexas “na mesma medida em que a economia, tornando a tecnocracia essencial e rebaixando ainda mais o valor ou mesmo a possibilidade de participação democrática. (Brown, 2019). Entretanto, o que temos é o inverso do objetivo da teoria neoliberal, de maneira que o estado acaba se tornando mais presente para viabilizar os instrumentos neoliberais.

Em vez de ser isolado do grande capital e, portanto, capaz de dirigir a economia, o Estado é cada vez mais instrumentalizado por este último - todas as grandes indústrias, da agricultura e do petróleo aos produtos farmacêuticos e financeiros, manejam as rédeas da legislação. Em vez de serem politicamente pacificados, os



cidadãos tornaram-se vulneráveis à mobilização nacionalista demagógica que deplora a soberania estatal limitada e a viabilização supranacional da competição global e da acumulação de capital. E, em vez de ordenar e disciplinar espontaneamente as populações, a moralidade tradicional tornou-se um grito de guerra, muitas vezes esvaziado de substância à medida que é instrumentalizado para outros fins (Brown, 2019, p. 102)

A partir disto, podemos afirmar que o papel do estado durante o período neoliberal é difícil descrever, de modo que, este se modifica de acordo com os períodos e as regiões, indo em desencontro com a teoria neoliberal, concordamos com Harvey (2008) ao afirmar que

O caráter geral do Estado na era do neoliberalismo é de difícil descrição por duas razões específicas. Em primeiro lugar, tornam-se rapidamente evidentes desvios do modelo da teoria neoliberal, não se podendo atribuir todos eles as contradições internas já esboçadas. Em segundo, a dinâmica evolutiva da neoliberalização tem agido de modo a forçar adaptações que variam muito de lugar para lugar e de época para época. Toda tentativa de extrair alguma configuração geral de um estado neoliberal típico a partir dessa geografia histórica instável volátil parece ser tarefa insana. (p.40)

Ressaltamos ainda que, durante a implantação do neoliberalismo em diversos países o estado passa a ser usado com frequência para resgatar empresas ou evitar fracassos financeiros, isto ocorre ainda durante os anos 80, período de crise, como exemplo o caso norte-americano em que o estado interviu para evitar o fracasso financeiro das empresas (Harvey, 2008). Para o capital não importa quais serão os elementos utilizados para a saída da crise, sendo necessário sempre se reinventa para dar resposta a classe dominante. Concordamos com Carcanholo (2010)

O que importa é que, independentemente dos elementos que constituem essa reposta, a saída da crise para o capitalismo tem que passar, necessariamente, pela criação/ ampliação de espaços de valorização para o capital sobranante, ao mesmo tempo em que são elevadas as taxas de mais-valia. Isto propulsiona a lógica fundante do capital: produção crescente de um valor excedente (mais-valia) que, se realizado a uma taxa de lucro razoável, deve ser crescentemente acumulado, recolocando a mesma lógica, em maior magnitude, para adiante. (p.3)

A partir disso, destacamos a expansão do neoliberalismo durante a década de 90 para os países em desenvolvimento, em especial o Brasil. Sob o discurso de privatizações e reformas nas políticas sociais, tendo a necessidade do estado mínimo. Desta forma, visando diminuir a proteção social, serviços como saúde, educação, assistência e entre outros, impactando diretamente no cotidiano da classe trabalhadora, que depende desses serviços para a sua produção. Concordamos com Lira (2018) ao afirmar que “Com a diminuição dos investimentos em políticas sociais, imprescindíveis para o processo de reprodução da classe, o capital cria as condições propícias para acirrar a superexploração da força de trabalho.” De modo que isso favorece “assim, a sujeição da classe trabalhadora aos tais mecanismos, o que implica rebaixar mais ainda o pagamento de trabalho que já se realiza abaixo do seu valor”. (p.913), além disso, destacamos os maiores impactos nas mulheres,



que além de necessitarem da utilização dessas políticas como exemplo a educação para deixarem seus filhos e poderem trabalhar, ainda são discriminadas no ambiente de trabalho, com o pagamento de salário inferior ao homem, além disso, muitas empresas não contratam mulheres devido as responsabilidades que as mesmas possuem na vida pessoal-filhos, casa, marido, sendo um trabalhador improdutivo em relação a um homem.

Diante desse contexto, podemos ressaltar a Reforma Administrativa proposta ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a partir da criação do Ministério Administração e Reforma do Estado (MARE), sobre o comando de Bresser Pereira, que sugere que a reforma não fosse de um estado mínimo e sim de um estado social de acordo com as diretrizes do mercado. A partir de então as políticas sociais, passam a ser focalizadas, desfinanciadas e vinculadas a lógica comercial. Concordamos com Borlini ao afirmar que

[...] A política neoliberal, sob nova concepção de políticas sociais, abandona o ideal de equidade e igualdade em nome da eficiência e do equilíbrio do mercado, sendo substituídas por programas focalizados de combate à pobreza, que tratam de minimizar os efeitos do ajuste econômico sobre os “mais pobres” ou os “mais frágeis”. As principais características desses programas são: a dependência de recursos externos expressos sob a forma de “pacotes” que os governos devem aceitar; o caráter transitório de seus programas, o que implica que suas ações não tenham uma continuidade no tempo e no espaço em que se realizam (o que é um fator determinante para o seu baixo impacto e reduzida efetividade), gerando uma instabilidade que afeta os supostos “beneficiários”; a baixa cobertura desses programas cujo caráter focalizado supõe grupos mais vulneráveis. (p.325)

Desse modo, os governos que sucedem dão continuidade a estas políticas de desfinanciamento das políticas sociais, afetando principalmente a classe trabalhadora. Diante desse processo de retirada de direitos temos como marco a aprovação da EC 96 chamada da “PEC da morte” durante o governo do presidente Michel Temer, que congela os gastos públicos com saúde e educação durante o período de 20 anos, trazendo inúmeros impactos para os usuários dessas políticas. Além disso, destacamos a “Reforma” da previdência aprovada em 2019 durante o governo do atual presidente Jair Messias Bolsonaro sem resistência alguma. Destacamos alguns pontos aprovados com essa nova contrarreforma,

[...] Exigência de idade mínima para se aposentar, que, no caso das mulheres, aumentou a idade em fase idosa e desconsiderando suas duplas ou triplas jornadas, associando trabalho, tarefas do lar e cuidado de filhos/as; aumento de tempo de contribuição para os homens se aposentarem, também com idade em fase idosa; aumento do tempo de contribuição somada à idade mínima avançada para ter direito à aposentadoria com valor integral; redução no valor do cálculo do salário benefício, redução no valor de aposentadoria por incapacidade, se não for caracterizado acidente de trabalho, doença profissional ou no trabalho e pedágio de 50% a 100% sobre o tempo de contribuição faltante para a aposentadoria. Algumas das medidas instituídas com essa contrarreforma da previdência ferem de imediato a composição de renda das famílias brasileiras, como a questão do aumento das alíquotas de contribuições dos/ os trabalhadores/os e aos já filiados à previdência social exigência de cotas familiares para valores de pensão por morte. (CFESS, 2019)



Além disso podemos destacar as mudanças que ocorrem na concessão de benefício interligados a Previdência Social, aumentando a seletividade dos usuários e burocratizando o acesso destes aos serviços que são de direitos dos seus usuários.

2.2 O MUNDO DO TRABALHO E A PANDEMIA DA COVID-19: Um retrato do cenário Brasileiro.

É a partir desse processo de contrarreformas que a classe trabalhadora vem se ajustando a essas retiradas de direitos, entretanto, esse contexto é agravado com a chegada da Pandemia da Covid-19 no mundo. Em particular no Brasil, em que o vírus eclode após o período carnavalesco de 2020, sem haver nenhuma política de precaução e contenção do vírus.

As primeiras medidas emitidas pela Organização Mundial de Saúde, ocorre ainda no mês de março, onde assistimos uma grande expansão da doença no nosso País. As medidas de isolamento social com o Lockdown afetou principalmente a classe trabalhadora, que não podia seguir as recomendações da OMS pois precisavam sair para trabalhar, muitos precisavam utilizar os transportes públicos para se locomoverem sujeitos ao alto índice de contaminação, é por esse motivo que segundo Leite(2020) o Brasil não chegou a 50% de taxa de isolamento “pois na falta de um Estado com fortes políticas de proteção do emprego e da renda os(as) trabalhadores(as) não possuem alternativa senão quebrar a recomendação do isolamento social(p.11). Os problemas ocasionados pela Pandemia ainda vão além, temos crianças e adolescentes de famílias mais vulneráveis que deixam de ir à escola devido ao alto índice de contágio, em contradição, deixam de ser alimentados, pois muitas das vezes é a única refeição garantida no dia, aumentando índice de pobreza e fome no País.

Além do mais, podemos destacar as medidas adotadas pelo governo de Bolsonaro, onde descreditou a ciência, negando as formas de tratamento e propagando fake News nos meios sociais, além disso, ressaltamos os ataques a classe trabalhadora através da PEC 936/2020 que facilita a rescisão e suspensão contratual dos trabalhadores, durante o período de mais alto contágio do coronavírus. A MP ainda com muitas fragilidades prevê um auxílio de renda para os desempregados durante 3 meses no valor de 600 reais, no entanto, o que ocorre é a seletividade e burocratização para o acesso do benefício excluindo os que realmente necessitam. As fragilidades desse programa de distribuição de renda são expostas através dos principais aparelhos midiáticos, mostrando a concessão de benefícios para Políticos e Familiares e até mesmo de empresários.



Ademais, temos anterior a Pandemia o crescimento dos trabalhadores por aplicativos que crescem descontroladamente devido ao alto índice de desemprego, sendo essas plataformas uma saída para ter uma renda. Segundo Antunes (2020), podemos chamar da uberização do trabalho.

A Pandemia também impactou os trabalhadores de plataformas digitais e aplicativos, uma massa que não parava de se expandir e que experimentava as condições da chamada uberização do trabalho. Sem outra possibilidade de encontrar trabalho imediato, trabalhadores e trabalhadoras buscavam “emprego” no Uber, Uber Eats, 99, Cabify, Rappi, Ifood, Amazon etc. Tentavam fugir do flagelo maior, o do desemprego. Saíam do desemprego para a uberização, essa nova modalidade de servidão. (p.16)

Segundo dados do IBGE, ainda no primeiro trimestre de 2020, início da Pandemia o Brasil já possuía mais de 12,85 milhões de desempregados, aumentando mais de 40,7%, totalizando 38,3 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. (Antunes, 2020). Diante desse cenário, temos a ampliação dos trabalhadores informais, que para o capital torna-se mais viável e lucrativo, já que os mesmos são excluídos dos direitos sociais, por isso o grande investimento do capital em expansão das tecnologias e novas plataformas digitais, para a captação de novos trabalhadores informais, sob o discurso de liberdade de horário e alta lucratividade. No entanto, o que ocorre é que além de não ter acesso aos direitos, os trabalhadores são reféns dos aplicativos, de modo que, se não trabalharem não recebem, se submetendo a jornadas exaustivas de trabalho para conseguir o sustento da família, correndo riscos e sem nenhuma proteção social.

Diante desse cenário, não só os uberizados passaram a ter um crescimento no mercado de trabalho, mais também os trabalhadores de saúde que vão para a linha de frente do combate ao vírus, através de contratos “emergenciais”, sem a garantia de nenhum direito, trabalhando exaustivas hora, chegando a plantões de até 72 horas ou mais, devido à falta de profissionais, além disso, temos a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequado, e más condições de trabalho. Todo esse contexto, durante os períodos críticos da Pandemia, é reflexo do desfinanciamento da Política de Saúde que ocorre desde os anos 90, na sua implementação, com cortes dos gastos estatais para o financiamento dessa política, característica do neoliberalismo.

A partir desse contexto de mudanças nas formas de trabalhos, e aumento das retiradas de diretos, que uma nova modalidade de trabalho ganha espaço durante a Pandemia, o Home office, essa nova forma de trabalho chega sob o discurso de proteção ao trabalhador, devido ao distanciamento social, e com menos exposição ao vírus, já que o mesmo estar em sua residência. No entanto, em contraposição temos o trabalho “invadindo” o ambiente outrora de descanso do trabalhador, trazendo o aumento da carga horaria de trabalho e responsabilizando o mesmo por custos como energia, internet, equipamento



digital, para viabilizar o trabalho no seu local de descanso. Considerando a trabalhadora mulher, a mesma tem um aumento triplo na jornada de trabalho, que passa a se concentrar em um mesmo lugar. Concordamos com Leite (2020) ao afirmar que

O trabalho on-line, digital, home-office, teletrabalho (ainda que haja diferenças legais entre eles) indicam que poderá haver, para uma categoria considerável de trabalhadores, uma intensificação de atividades com muitas vantagens para o capital e outras poucas para os(as) trabalhadores(as). Processos como individualização do trabalho, distanciamento social, menos relações solidárias e coletivas no espaço de trabalho, distanciamento da organização sindical, tendência a eliminação de direitos, fim da separação entre tempo de trabalho e tempo de vida, duplicação e justaposição entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, com intensificação do trabalho feminino, podem aumentar ainda mais a desigual divisão sociossexual e racial do trabalho. (p.13)

Portanto, a Pandemia do coronavírus, acentua apenas propostas que já estavam postas anteriormente, de retirada de direitos dos trabalhadores, e mostra que mesmo durante a perda de milhares de trabalhadores o capital não deixa de se expandir, reinventar e lucra, restando a Classe trabalhadora se subordinar aos interesses destes para assim conseguir o mínimo de cada dia.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a década de 70 as crises capitalistas passam a ser mais longas, sendo necessário novas respostas para a classe dominante, surgindo o Neoliberalismo, que tem como teoria o Estado Mínimo e as políticas sociais vinculado ao mercado. Na particularidade Brasileira, temos o avanço dessa política a partir da década de 90, período marcado pela implementação dos direitos sociais, conquistados na Constituição Federal de 1988.

Vale ressaltar, que os anos 80 no Brasil, foi marcado pela efervescência dos movimentos sociais, o que resultou em tal conquista. Diante desse cenário, o estado passa a desfinanciar as políticas sociais, vinculando-as ao mercado internacional, como acontece com a Política de Saúde, com a criação da Norma Operacional (NOB) em 1996, que abriu espaço para o gerenciamento da saúde para setores privados, o que constitucionalmente deveria ser apenas complementar.

Diante disso, podemos destacar, que os ataques as políticas sociais impactam diretamente na vida da Classe Trabalhadora, que depende desses serviços para a manutenção da força de trabalho.

Portanto, a chegada da Pandemia da Covid-19 em março de 2020, traz à tona problemas que foram evidenciados desde os anos 90, expondo o desfinanciamento das



políticas, agravado pelo rápido contágio de um vírus letal, levando a morte de vários trabalhadores brasileiros. Destacamos ainda que, a Pandemia no Brasil tem cor e classe, sendo os moradores de comunidades e pretos os maiores índices de mortalidade, isso devido à falta de políticas sociais que não permite que os mesmos cumprissem o isolamento social proposto pelas autoridades de saúde.

Destarte, o problema de desemprego é agravado no País, paralelamente ao aumento de trabalhadores informais, que precisam da sua subsistência. O auxílio emergencial aprovado pelo Governo Federal, de 3 meses no valor de 600 reais não é o suficiente para prover a esses desempregados o mínimo, além disso, a seletividade e a burocracia do programa para a distribuição do valor, deixaram muitos não morrerem no vírus, mais sim de fome, sendo necessário a ação da caridade de organizações não governamentais para essa população, que continua desassistidas pelas políticas públicas do País.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BORLINI, L. M. Há pedras no meio do caminho do SUS: - os impactos do neoliberalismo na saúde do Brasil. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 321-333, dez. 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7697>. Acesso em: 15 jul. 2020
- BRANDT, Daniele Batista; CISLAGHI, Juliana Fiuza. Desmonte e Financeirização da Seguridade Social em Tempos de Pandemia. In: MAURIEL, Ana Paula Ornellas; KILDUFF, Fernanda; SILVA, Mossicleia Mendes da; LIMA, Rodrigo Silva (org.). **Crise, Ultraneoliberalismo e Desestruturação de Direitos**. Uberlândia: Navegando, 2020. p. 159-180. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-crise-e-ultraneoliberalismo>. Acesso em: 28 dez. 2021
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019. 258 p.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. CRISE ECONÔMICA ATUAL E SEUS IMPACTOS PARA A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA. **Aurora**, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 1-10, ago. 2010. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1226#:~:text=A%20atual%20crise%20pela%20qual,capital%20se%20d%C3%A1%20em%20ciclos..> Acesso em: 08 dez. 2021.



CFESS. **Os impactos da 'Reforma' da Previdência na classe trabalhadora**. 2019.

Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2019-manifesta-previdencia-outubro.pdf>.

Acesso em: 15 mar. 2022.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008. 223

p. Disponível em: <https://www.uc.pt/feuc/citcoimbra/Harvey2008>. Acesso em: 12 jan. 2022.

LEITE, Kelen Christina. A (IN)ESPERADA PANDEMIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O MUNDO DO TRABALHO. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 32, p. 1-17, 2020.

FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240215>

LIRA, Terçália Suassuna Vaz. SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO, CRISE MUNDIAL E GOLPE DE ESTADO NO BRASIL. **Políticas Públicas**, Maranhão, v. 2, n. 22, p. 903-922, out. 2018